



Subsídios para a escrita de uma história de Ouricuri no Oitocentos: uma análise de fontes secundárias

ANDREY BORGES BERNARDES

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO 

CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA

Clio (Recife, Online), v. 42, ano 2024

<https://doi.org/10.51359/2525-5649.2024.259210>

e-ISSN: 2525-5649





SUBSÍDIOS PARA A ESCRITA DE UMA HISTÓRIA DE OURICURI NO OITOCENTOS: UMA ANÁLISE DE FONTES SECUNDÁRIAS

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar fontes secundárias, tais como enciclopédias, anais, dicionários, atlas, mapas e livros de memória, que trazem informações sobre a freguesia e, posteriormente, vila de Ouricuri no séc. XIX, a fim de desvendar as diferentes construções discursivas sobre a formação da municipalidade e as disputas em torno de sua fundação. A história municipal oficial acabou por consagrar a figura do padre Francisco Pedro da Silva como fundador do município, consagração esta que pretendemos historicizar de forma crítica e contextualizada neste trabalho. Além disso, o artigo ordena cronologicamente as referidas fontes secundárias, tanto geográficas quanto históricas, de modo a evidenciar o adensamento de informações sobre a freguesia/vila ao longo do tempo, bem como as mudanças de narrativa acerca de sua constituição.

PALAVRAS-CHAVE: província de pernambuco; corografia; raul aquino.

ELEMENTS FOR WRITING A HISTORY OF OURICURI IN THE 19TH CENTURY: AN ANALYSIS OF SECONDARY SOURCES

ABSTRACT: This article aims to analyze secondary sources, such as encyclopedias, annals, dictionaries, atlases, maps and memory books, which bring information about the parish and, later, the village of Ouricuri in the 19th century, in order to unravel the different discursive constructions about the emancipation of the municipality and the disputes around its foundation. The official municipal history ended up enshrining the figure of priest Francisco Pedro da Silva as the founder of the municipality, a consecration that we intend to historicize in a critical and contextualized way in this work. Furthermore, the article chronologically orders the aforementioned secondary sources, both geographical and historical, in order to highlight the increase in information about the parish/village over time, as well as the changes in narrative regarding its constitution.

KEYWORDS: province of pernambuco; *chorographia*; raul aquino.

Subsídios para a escrita de uma história de Ouricuri no Oitocentos: uma análise de fontes secundárias

ANDREY BORGES BERNARDES

Introdução

Este artigo é um desdobramento da pesquisa de doutorado que estamos desenvolvendo sobre a constituição da freguesia de São Sebastião de Ouricuri, província de Pernambuco, em meados da década de 1840, período decisivo na conformação política do Império, bem como na configuração administrativa, eleitoral e política da província¹. Em 1842, ocorreu uma malograda sedição na freguesia de Exu, província de Pernambuco, em que cerca de 300 homens em armas ameaçaram atacar a vila do Crato, província do Ceará, e, ato contínuo, marchar sobre a capital com o propósito de destituir o presidente da província. A Sedição estaria vinculada às Revoluções Liberais de 1842, que ocorriam em São Paulo e Minas Gerais, e contou com a participação de destacadas lideranças da Balaiada, no Maranhão, que haviam fugido para o Ceará e Pernambuco após a debelação da revolta, em 1841.

A Sedição de Exu seria, portanto, mais um episódio, desconhecido e pouco estudado, dentre as inúmeras revoltas do período regencial que tiveram desdobramentos em movimentos políticos liberais armados na década de 1840, cujo derradeiro foi a Insurreição Praieira. Foi justamente após a Sedição de Exu que a freguesia foi desmembrada em outras duas: a freguesia de Santo Antônio do Salgueiro, criada em 1843, e a de São Sebastião de Ouricuri, criada dois anos depois, em 1844. Esta última, como já anunciamos, é o nosso foco principal de atenção. Ao que parece, a freguesia de Exu, antro de liberais, como a escolha para ser o foco de uma sedição liberal parece evidenciar, foi desmembrada com o propósito de enfraquecê-la politicamente, uma vez que as partes

¹ Atualmente, Ouricuri é um município localizado no extremo oeste pernambucano, no Sertão do Araripe, cuja sede encontra-se a 623 km da capital do estado. O território que compreendia a freguesia foi muitas vezes desmembrado ao longo dos sécs. XIX e XX, dando origem a vários outros municípios. A sede da freguesia no séc. XIX é, no entanto, a mesma do atual município.

desmembradas foram colocadas sob a liderança de autoridades vinculadas ao partido da ordem, que naquele momento passava a receber uma oposição intensa do recém-criado partido praieiro. As rugas políticas entre liberais e conservadores no sertão pernambucano, no entanto, não estavam sendo inauguradas naquele momento.

No final da década de 1830, durante a gestão de Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista, foi indicado como juiz de direito da comarca da Boa Vista, Alexandre Bernardino dos Reis e Silva. Não oriundo da região, o juiz Bernardino dos Reis comprou uma fazenda próxima à povoação de Ouricuri, então freguesia de Exu, e estabeleceu uma amizade com o pároco de Exu, padre Francisco Antônio da Cunha Correa, que foi o responsável por lhe apresentar a região e que viria a ser pároco em Ouricuri depois da criação da freguesia. Estes dois homens, o juiz de direito e o vigário, foram os responsáveis por apresentar, por intermédio de deputados provinciais, o projeto de lei que criava a freguesia de São Sebastião de Ouricuri. Posteriormente, ao longo das disputas eleitorais vindouras, Ouricuri seria apontada na abundante fonte periódica disponível, como sendo a fazenda do “Dr. Alexandre” ou como uma freguesia fictícia, de onde se arrancavam votos do gado e das cabras. Mais além, durante o exercício da magistratura de Bernardino dos Reis, foi assassinado o irmão de um outro bacharel e deputado liberal, José Francisco de Arruda Câmara, que viria a ser, durante o quinquênio liberal (1844-1848), o juiz da comarca da Boa Vista, substituto de Bernardino dos Reis, removido logo que seus protetores políticos perderam o poder. Bernardino dos Reis foi acusado de não ter agido de forma a punir o assassino do irmão de Arruda Câmara, assassinato este em que estaria envolvido o próprio irmão do Barão da Boa Vista. A desavença familiar acentua a disputa política entre liberais e conservadores na comarca da Boa Vista, capitaneada por estas personagens. A freguesia de Ouricuri, deste modo, ficava no centro da disputa, pois fora criada por intermédio e atuação de Bernardino dos Reis, e seu controle tocava, portanto, nas disputas familiares bem como no controle eleitoral das votações primárias de paróquia.

Esta breve síntese indica que o contexto de formação das freguesias de Ouricuri e Salgueiro envolve a disputa política entre liberais e conservadores em Pernambuco, uma manifestação provincial da disputa que ocorria na própria Corte e que repercutia em todo o Império naquela conturbada década de 1840. No entanto, ao nos aproximarmos das fontes secundárias acerca da constituição da freguesia de Ouricuri, as personagens, informações e narrativas que emergiram destas fontes pareceram bem distintas das que temos encontrado nos periódicos novecentistas na medida em que avançamos na pesquisa de doutorado. Por esta razão, nos dispusemos a escrever este artigo, buscando analisar as nuances discursivas destas fontes secundárias e perceber

as distintas constituições narrativas, bem como sondar suas motivações. Este trabalho, portanto, não irá aprofundar no contexto de constituição da formação da freguesia de Ouricuri, o que envolve uma complexa disputa política e eleitoral. Sobre isso, estamos preparando um trabalho futuro, além de ser o tema do próprio projeto de pesquisa de doutorado em desenvolvimento. Neste artigo, mais do que a constituição da freguesia, pretendemos analisar as constituições narrativas oficiais acerca desta formação, bem como investigar os seus fundamentos.

Ao buscar referências que tratassem do assunto, nos deparamos inicialmente com o predomínio dos textos de um memorialista, o falecido médico e sanitarista Raul Aquino, que acabou por dar origem à narrativa oficial da história municipal pelo prestígio e singularidade de sua obra, que foi publicada pelo Centro de Estudos de História Municipal, vinculado à Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco (FIAM)². Sobre a freguesia de São Sebastião de Ouricuri durante o Império, dois temas se destacam na obra de Raul Aquino: o papel do vigário Francisco Pedro da Silva, tido por ele como o fundador da freguesia, e a participação de um batalhão de voluntários de Ouricuri na Guerra do Paraguai, batalhão que também teria sido organizado pelo padre Francisco Pedro.

Mais recentemente, o autor Giarlam de Sá Agra publicou um livro contestando alguns aspectos da obra de Aquino³. Seguindo a trilha destas contestações, ficamos interessados em saber quais foram as fontes que permitiram Raul Aquino elaborar seu texto, bem como as suas intenções em escolher certos temas e personagens como principais atores desta história, já que ambas as coisas – fontes e intenções – nem sempre estão explicitadas. Passamos, então, a buscar sistematicamente quais foram as obras mais antigas consultadas pelo autor, para saber a origem das informações por ele utilizadas. Esta busca resultou no acesso a fontes secundárias que remontam à década de 1840, momento da emancipação da freguesia. Nos deparamos com uma série de mapas, dicionários, atlas, ensaios, anais e enciclopédias que tratavam, ainda que muito sucintamente, de Ouricuri. Eram obras corográficas ou compêndios de informações geográficas, históricas e estatísticas que traziam algumas informações valiosas sobre a origem dos temas e informações que nos chegaram. Estas fontes secundárias também permitiram uma análise do contexto em que foram criadas e com quais intenções, de modo que foi possível confrontá-las

² Raul Aquino, *Ouricuri: história e genealogia*, Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1982; Raul Aquino, *Ouricuri: tempo do comendador Francisco Pedro*, Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1998.

³ Giarlam de Sá Agra, *Ouricuri, minha cidade nossa história*, Ouricuri: Âncora Gráfica e Editora, 2018.

com as escolhas narrativas e temáticas do próprio Raul Aquino, o autor do qual partimos para nosso estudo.

Se no processo de investigação fomos retrocedendo, de fonte em fonte, na medida em que encontrávamos outras citações ou referências, até as mais antigas que pudéssemos encontrar, este artigo é exatamente o caminho contrário: uma apresentação de todas estas fontes secundárias em sua ordem cronológica, desde a mais antiga até as mais recentes. Nosso primeiro objetivo ao fazê-lo é propiciar a outros pesquisadores subsídios para aprofundarem estudos históricos sobre o sertão do Araripe, sobretudo das freguesias e vilas que compunham, no séc. XIX, a comarca da Boa Vista (em especial, Exu, Ouricuri e Salgueiro), já que os materiais encontrados não tratam exclusivamente de Ouricuri. Em segundo lugar, pretendemos evidenciar o processo histórico de construção discursiva sobre a história de Ouricuri no oitocentos que acabou por inseri-la nas obras corográficas, ao passo que configurou seus principais temas e personagens.

O artigo, portanto, pretende evidenciar em que momentos e circunstâncias Ouricuri *entrou nos mapas e na história* e como a sucessão de textos foi instruindo a tecitura de uma possível história da municipalidade, acumulando versões ora convergentes, ora conflitantes, até chegarmos nas proposições de Raul Aquino. Ao fazê-lo, evidenciamos como estas construções textuais atendiam intenções que podiam ser explícitas ou veladas. Intenções essas que pretendemos desvelar.

O tronco familiar e municipal

No dia 02 de julho de 1966, foi realizada uma sessão extraordinária da Câmara Municipal de Ouricuri para atender à solicitação de três vereadores. O objetivo da sessão era “homenagear o primeiro centenário do inesquecível coronel Antônio Pedro da Silva, filho desta nossa cidade”⁴, segundo constava no ofício escrito pelos vereadores. Após a abertura da sessão, Edileusa de Aquino, filha de Edgar Pedro de Aquino, um dos três solicitantes, leu um discurso em nome de seu pai a fim de explicar a razão da homenagem: o coronel teria sido vereador por uma série de legislaturas, além de homem público devotado e um dos “principais troncos na integração familiar deste pedaço de terra sertaneja”, seja lá o que o edil tenha intencionado dizer com este último atributo.

No entanto, os maiores feitos públicos que justificariam a homenagem –

⁴ Aquino, *Ouricuri*, 1982, pp. 117-118. Esta e todas as demais citações relativas ao discurso desta sessão da Câmara Municipal de Ouricuri foram retiradas deste livro.

culminada com a inauguração de um retrato do homenageado no recinto - não eram do próprio coronel. Ao continuar o discurso, informava-se que Antônio Pedro da Silva era filho de Francisco Pedro da Silva, e deste sim, se trazia uma série de feitos honrosos: teria sido o pai do coronel um “grande vulto da pátria, parlamentar brilhante”, fundador de Ouricuri e organizador de um batalhão de voluntários que lutou na Guerra do Paraguai, defendendo a pátria. A ligação familiar entre Antônio e o padre Francisco Pedro da Silva parece ser, na verdade, a razão da homenagem, uma vez que o filho teria dado continuidade à atuação política do pai, perpetuando uma tradição política que poderia elucidar à que tronco de integração familiar o vereador se referiu no discurso em homenagem ao coronel.

A propósito destas conexões familiares, o próprio Edgar Pedro da Silva, um dos já citados vereadores que solicitaram a homenagem, era filho de Pedro Tomaz de Aquino que, por sua vez, era primo de Antônio Pedro da Silva e sobrinho de Francisco Pedro da Silva. Para completar o quadro, quem nos informa sobre este dia de homenagem é a obra do memorialista Raul Aquino, neto e bisneto, respectivamente, de Antônio e Francisco Pedro da Silva. Como se vê, estamos em família.

A obra de enaltecimento dos vultos ouricurienses por parte de sucessivas gerações de integrantes de uma mesma família, ou de suas ramificações, não resultou apenas em um retrato na parede da Prefeitura Municipal. A principal avenida da cidade se chama Antônio Pedro da Silva. Além disso, a principal praça, localizada em frente à Igreja Matriz de São Sebastião, se chama Francisco Pedro da Silva, praça onde também se encontra um busto em bronze do padre e comendador da Ordem de Cristo. Estes resultados simbólicos, contudo, secundarizam àquele advindo do reconhecimento de que a própria fundação da cidade se deve ao patriarca da família. O reconhecimento, portanto, é evidenciado pelo batismo de logradouros, pelas homenagens oficiais e pela própria obra de Raul Aquino, que acabou por instruir a história oficial do município.

O governo do estado de Pernambuco mantém, através da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), uma Base de Dados do Estado (BDE) que, dentre várias informações reunidas para subsidiar o planejamento de políticas públicas, contém a história de todos os municípios do estado⁵. Como não há nenhuma outra agência do estado de Pernambuco ou página na internet de qualquer uma de suas secretarias que ofereçam informações acerca do histórico de todos os seus municípios,

⁵ “História Municipal”, *Base de Dados do Estado (BDE)*, http://www.bde.pe.gov.br/visualizacao/Visualizacao_formato2.aspx?CodInformacao=915&Cod=1.

tomaremos esta Base de Dados como a versão oficial do estado acerca de sua constituição histórica no âmbito municipal⁶. Ao buscar a referência básica de todas estas fontes, a obra que desponta é a de Raul Aquino, razão pela qual a consideramos como parte fundamental na construção da imagem de Francisco Pedro da Silva como fundador do município, ato que enobreceria não só o padre, como a toda sua família.

Não à toa, no discurso do vereador a que já nos referimos, se prestou uma homenagem que “não só dirá respeito a nós que aqui representamos o povo, como dirá respeito aos descendentes do homenageado, aos que se sentem levados pelos laços do sangue”. Extensividade também expressa na ata da sessão, em que se alega que após os discursos e a inauguração do retrato, foi cantado o hino nacional em homenagem “àquele homem que perpetuou as glórias do povo de Ouricuri, de *sua família* e trazendo parabéns as novas gerações”.

Estamos diante de um exemplo típico em que a consagração de certas personagens municipais como fundadoras de suas cidades e, portanto, dignas de homenagens públicas e simbólicas, se apresenta como o resultado da atuação de famílias, cujo intuito é legitimar seu poder político e prestígio econômico através da proliferação destes símbolos de poder que parecem traduzir, ou querem parecer, uma realidade objetiva e relativa à toda a sociedade. Por esta razão, e para citar um último trecho do discurso de homenagem que enceta nossa reflexão, o vereador se apresenta “como representante do povo deste município, nesta casa que é do próprio povo”. Como membro da “casa do povo”, o vereador acredita não fazer uma homenagem a um familiar seu – ou, se quisermos, uma homenagem a si próprio –, mas que sua vontade expressa a do próprio povo do município, nele encarnado e por ele representado.

O procedimento de laurear estes personagens ilustres tenta confundir a personagem com a própria municipalidade, como se ela (a personagem) e as tradições desta família fossem os expoentes mais representativos e as expressões mais bem acabadas do que seriam os atributos e características de todo o povo. Reivindica-se o público pelo particular, mas sem que isso se apresente como um exercício de poder, mas de devoção pública. A apropriação dos símbolos não aparece assim como mais um desdobramento do poder político e econômico.

⁶ “História & Fotos”, IBGE Cidades, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ouricuri/historico>. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também mantém um breve histórico de todos os municípios brasileiros no site *IBGE Cidades*, agregador de informações e estatísticas de todos os municípios e estados brasileiros. Os dados relativos à história de Ouricuri constituem uma adaptação do mesmo texto contido na BDE. A ordem da narrativa e a estrutura do texto revelam sua origem, como pode ser vislumbrado no site indicado; “História”, *Prefeitura Municipal de Ouricuri*, <http://www.ouricuri.pe.gov.br/novosite/historia/>. Além disso, o texto contido no site da Prefeitura Municipal de Ouricuri sobre a própria história é uma reprodução integral do site do IBGE supramencionado.

Pelo contrário, os símbolos parecem justificar o poder político e econômico, de modo que não apareçam como frutos de injustiças ou evidências de desigualdade, mas motivos de orgulho e consequências de mérito.

Estes símbolos políticos contidos em logradouros, estátuas, homenagens, livros de memória, dentre outros, não são triviais. Ao analisar como diferentes regimes políticos utilizam de símbolos com fins políticos para a consolidação de seu poder, Lilia Schwarcz inverte uma proposição de Émile Durkheim, feita no século XIX, chamando atenção para a “eficácia política do poder simbólico”⁷. É esta eficácia política que pretendemos evidenciar ao apresentar uma relação entre interesses familiares de perpetuação do poder político e a construção da história.

É certo que não somos os primeiros a apontar o fato de que os descendentes do padre Francisco Pedro da Silva foram os responsáveis por atribuir a ele a fama de fundador do município, como apontamos na introdução. Giarlam de Sá Agra já havia feito considerações a respeito em seu livro *Ouricuri, minha cidade nossa história*⁸. Contudo, Agra faz uma crítica ao enaltecimento do padre e comendador com o propósito de evidenciar que as honras de fundação da cidade deveriam recair, na verdade, sobre Maria Goulart, senhora que teria feito uma doação de parte de sua propriedade ao patrimônio de São Sebastião, justamente onde, posteriormente, se ergueria o município de Ouricuri. Ao que parece, Agra tenta encontrar a *verdadeira* origem do município, naturalizando a homenagem, sem considerar o fato de que toda homenagem é resultado de uma escolha política. Ou que as escolhas políticas também auxiliam no processo de produção da história.

Michel-Rolph Trouillot⁹ afirma que os seres humanos não são apenas atores, mas narradores da história. Esta afirmativa tem como primeira consequência que a produção da história não é uma exclusividade de acadêmicos. A história, por sua vez, apresenta uma natureza ambígua: ela se refere tanto ao que “ocorreu”, em outras palavras, ao processo sócio-histórico, quanto ao “que se diz do que ocorreu”, ou seja, a narrativa sobre os fatos. Para o autor, a história apresenta uma distância e uma sobreposição irreduzível entre o processo sócio-histórico e a narrativa. Não são, evidentemente, a mesma coisa, ao passo que não podem ser completamente dissociados. Esta ambiguidade deu

⁷ Lilia Moritz Schwarcz, “Bolsonaro e seu reino: retóricas do poder”, *Revista Zum*, <https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/>. Embora o foco do artigo sejam os símbolos visuais, em especial a fotografia, também lança mão de exemplos ligados aos discursos, monumentos e estátuas, ou seja, outros símbolos de poder que resultam em eficácia política.

⁸ Agra, *Ouricuri*, pp. 46-47 e 125-126.

⁹ Michel Rolph Trouillot, *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, Curitiba: Huya, 2016, pp. 19-62.

origem a duas “tendências” entre os historiadores, que o autor chama esquematicamente de positivista e construtivista. A primeira tendência, a positivista, enfatiza a distinção entre o que ocorreu e o que se diz ter ocorrido, com ênfase, evidentemente, sobre o que teria, supostamente, ocorrido. A tendência construtivista, por sua vez, destaca a sobreposição entre narrativa e história.

A tendência positivista, apesar de sua má reputação atual, foi importante no processo de consolidação da disciplina como ciência. Para garantir sua legitimidade científica, a história organizada como disciplina tentou dissociar a narrativa do processo sócio-histórico, exatamente para que sua “objetividade” não fosse maculada. Assim, a história precisava estar pautada em fontes oficiais e escritas. É também por essa razão que a história positivista foi, tradicionalmente, associada a história dos vencedores e a história do poder instituído.

Do outro lado, a visão construtivista, no limite, trata a história como uma forma de ficção. A argumentação central é a de que toda narrativa é esquemática, ou seja, é uma seleção mais ou menos arbitrária, mais ou menos em defesa de interesses nem sempre explícitos, e que, portanto, são sempre uma distorção do processo sócio-histórico, ainda que sustentado sobre evidências corretas. É assim que essa tendência entende que não há autonomia (ou distinção) entre a narrativa e o processo sócio-histórico, ou entre o processo e o conhecimento.

A contradição entre essas duas tendências revela uma outra contradição: havendo uma distinção e, ao mesmo tempo, uma sobreposição entre o processo sócio-histórico e o conhecimento ou a narrativa, os próprios critérios de validação da história se tornam um campo de disputa política, tanto objetiva quanto subjetivamente. Por um lado, há uma distinção (como queriam os positivistas) entre processo sócio-histórico e conhecimento, de modo que disputar os fatos é fundamental para consagrar um dos campos nessas lutas narrativas. Por outro lado, há uma sobreposição, de modo que o próprio conhecimento altera a processo sócio-histórico e questões que não eram relevantes ontem, o são hoje, evidenciando que as próprias necessidades de conhecimento e demandas presentes remetem ao passado e questionam o passado. Ou seja, o próprio tempo presente e suas condicionantes alteram o passado.

A questão em torno da obra de Raul Aquino e da consagração de Francisco Pedro da Silva e seus familiares como os fundadores do município parecem conjugar estas duas tendências. Por um lado, reúnem elementos objetivos e oficiais para validar a história como verdadeira; por outro, cria-se uma narrativa cujos efeitos de poder explicitam razões que vão muito além da

objetividade histórica e da oficialidade dos documentos que fundamentam a escrita desta história e a escolha dos fatos e personagens cuja memória se quer perpetuar.

O que nos propusemos neste artigo é refletir justamente sobre como se constituiu historicamente a imagem de Francisco Pedro da Silva como fundador do município através da análise de fontes secundárias, que podem revelar os caminhos do conhecimento que deu uma base objetiva e, portanto, justificável para a edificação deste mito. São estas fontes que passamos agora a apresentar.

Ouricuri não está nos mapas

Nas discussões parlamentares acerca da criação da freguesia de Ouricuri, em sessão da Assembleia Provincial de Pernambuco de 18 de março de 1844, o deputado Miguel do Sacramento Lopes Gama afirmou ter votado favoravelmente à proposta de sua criação, mas questionou se a delimitação territorial constante nela era viável, pois não conhecia o lugar¹⁰. Provocando risadas entre seus pares, o deputado ainda afirmou que conhecia menos sobre a povoação de Ouricuri do que sobre a China, pois a China, ao menos, ele conhecia através dos mapas. Ao escutar o gracejo, o deputado José Bento da Cunha Figueiredo sugeriu que Lopes Gama procurasse pelo conhecido mapa elaborado pelo coronel de engenheiros, Conrado Jacob de Niemeyer.

Figueiredo aludia, provavelmente, à *Carta corographica dedicada ao senhor D. Pedro 2º contendo as províncias de Alagoas, Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte e Ceará*¹¹, publicada em 1843, um ano antes da referida sessão e da criação da freguesia. Lopes Gama não estaria tão melhor quanto aos seus conhecimentos sobre Ouricuri, caso tivesse consultado o mapa. Apesar do detalhamento toponímico, a carta é repleta de imprecisões quanto aos demais elementos geográficos, à escala e às distâncias. Considerando sobretudo o oeste da província de Pernambuco, os principais elementos norteadores da elaboração do mapa foram os rios, ainda que intermitentes, de modo que nada consta no mapa que não esteja associado a um curso d'água. Forma-se um quadrado delimitado pelo rio Pajeú, compondo a margem direita no sentido norte-sul, e pelo rio São Francisco, compondo a margem inferior no sentido oeste-leste. A margem norte do quadrante é composta pela fronteira com o Ceará, interrompida à noroeste por uma advertência escrita: "sertão sem cultura

¹⁰ *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 mar. 1844, pp. 2-3.

¹¹ Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Conrado Jacob de Niemeyer, *Carta corographica dedicada a S.M.I. o Senhor D. Pedro 2º contendo as Províncias de Alagoas, Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte e Ceará*, http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176735/cart176735.html

e sugeito a grandes seccas” (sic). A margem esquerda do quadrante, fim do mapa, é também uma instrução: “terreno occupado p’ índios e sem cultura” (sic).

Neste mapa de 1843, como dizíamos, aparecem duas localidades com o nome *Aricory*. Uma está às margens do Riacho do Pontal, que deságua no São Francisco na altura da Boa Vista (hoje, Santa Maria da Boa Vista). Nesta localidade, passa uma estrada que vai à Passagem Velha (Petrolina) na margem esquerda do São Francisco, encarando a Missão do Juazeiro. A outra localidade de mesmo nome, mais a leste, está nas margens do Riacho Terra Nova, que deságua no Riacho São Domingos e, por sua vez, no São Francisco, na altura de Cabrobó. Ali também há uma estrada que vai dar em Cabrobó. Nenhuma das duas parece aludir ao local onde seria constituída a freguesia, que se localizaria mais ao norte, em algum lugar entre estes dois pontos, conforme é possível inferir a partir de comparações com mapas atuais ou a partir de pontos de referência utilizados na lei de constituição da freguesia já constantes no mapa de Niemeyer, sobre a qual falaremos adiante.

Em 1845, dois anos após a publicação do mapa de Niemeyer, e um ano após a criação da freguesia de São Sebastião de Ouricuri, é lançado o *Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil*, em cujo prólogo o tradutor afirma que já existiam muitas obras esparsas e incompletas sobre partes do Império, mas que este era o primeiro dicionário completo, tendo tomado mais de 26 anos de estudos e anotações do autor¹². Seria, então, o único documento deste tipo. Neste primeiro dicionário do Império, no entanto, não há nenhum verbete em referência à Ouricuri, embora a freguesia já tivesse sido criada.

Em 1846, o mesmo engenheiro e militar, Jacob de Niemeyer, iria ser premiado com uma medalha de ouro recebida das mãos do próprio D. Pedro II¹³, por ter entregado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) uma carta geral do Império do Brasil, documento que continha uma precisão de detalhes até então não conhecida¹⁴. Embora premiada, o que evidencia a

¹² J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil, contendo a origem e história de cada província, cidade, vila e aldeia; sua população, comércio, indústria, e produtos mineralógicos; nome e descrição de seus rios, lagoas, serras e montes; estabelecimentos literários, navegação e o mais que lhe é relativo. Obra coligida e composta por Milliet de Saint Adolphe e trasladada em português do mesmo manuscrito inédito francês (com numerosas observações e adições). Ornada de um mapa geral do Império do Brasil e de cinco planos das cidades e portos principais*, Paris, França: Aillaud, 1845, pp. VII-XIII.

¹³ “Conrado Jacob de Niemeyer”, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/CJNiemeyer.html>.

¹⁴ FBN, Conrado Jacob de Niemeyer, *Carta corographica do Imperio do Brazil dedicada ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro pelo coronel engenheiro e socio effectivo Conrado Jacob de Niemeyer, pelo mesmo arranjada sobre os melhores trabalhos existentes, antigos e modernos, contendo igualmente as plantas, que se poderão obter, das Cidades Capitaes, e outros lugares importantes*, http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart170429/cart170429.html

qualidade do documento, a *Carta corographica do Imperio do Brazil* apresentava atualizada as mesmas informações contidas na anterior, de 1843, acerca das duas localidades chamadas *Aricory*, sem que uma referência à freguesia de São Sebastião tivesse sido incluída¹⁵.

Como vimos até aqui, nestes principais documentos corográficos e cartográficos publicados até meados da década de 1840, não se encontram informações sobre a freguesia objeto de nossa análise, embora ela tenha se constituído neste período. A década de 1840, aliás, é fértil na produção deste tipo de documento, refletindo o desejo de forjar o Império independente, ainda muito novo, também através do conhecimento acerca de sua geografia, natureza, clima, ocupação humana e potencialidades econômicas. É recorrente na apresentação destes documentos sugestões dos autores quanto à fertilidade e riqueza da terra, sobre as potencialidades de enriquecimento deste novo Império a ponto de o emparelhar com as nações mais ricas do mundo em poucos anos. O conhecimento da geografia e do território seria fundamental para a consecução deste objetivo.

O IHGB, instituição que premiou o mapa de Jacob de Niemeyer, tinha como principal papel delinear o perfil desta nova nação frente às demais nações do mundo. Seu papel não era apenas juntar documentos, mas realizar expedições de exploração histórica e geográfica financiadas pelo Estado. Dessas expedições, mesmo que não resultasse a descoberta de documentos que pudessem fundamentar trabalhos acadêmicos, poderiam advir resultados práticos como conhecimentos para a exploração agrícola e mineralógica de regiões ermas. Deste modo, a produção de conhecimento sobre o país caminhava *pari passu* com a expansão econômica, da dita civilização e das fronteiras do conhecido. Além disso, o IHGB auxiliava no processo de construção da própria identidade nacional e noção que o país fazia de si mesmo. Mesmo as demais obras, não premiadas pelo IHGB, tinham a intenção de chamar a atenção do Instituto, que até 1851 tinha como critério para ingresso e aceitação de trabalhos as relações sociais mantidas pelos interessados, ou do Imperador, a quem eram invariavelmente dedicadas¹⁶.

A expansão do controle administrativo sobre o território Imperial, para a qual o conhecimento corográfico era essencial, e o arrefecimento das lutas do

¹⁵ Bibliothèque Nationale de France (BNF), Conrado Jacob de Niemeyer, *Nova carta corographica do Imperio do Brazil*, <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53098527m/f1.item.r=Atlas%20Br%C3%A9silCarte%20Br%C3%A9silPortulan%20Br%C3%A9sil.zoom>. Uma versão reduzida do mesmo mapa, de 1857, também não apresenta novidades quanto ao tema por nós analisado.

¹⁶ Sobre o papel do IHGB na constituição da Nação e as sugestões deste parágrafo, ver Manoel Luís Salgado Guimarães, “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”, *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1 (1988), pp 5-27. (pp. 6-19).

período regencial, que tanto ameaçaram a integridade do país, propiciaram a proliferação de obras deste tipo. O que se pode sugerir a partir das obras descritas até aqui, uma vez que há uma série de povoações nelas identificadas que não chegaram a se constituir como freguesias e que, portanto, tinham menor relevância política, é que Ouricuri pressionou a sua entrada nestas obras, uma vez que antes mesmo de constar nos mapas ou dicionários como povoação, já havia sido elevada à categoria de freguesia. A falta de conhecimento do deputado Lopes Gama era justificada. Assim como as discussões acerca do tamanho populacional de Ouricuri que animaram as assembleias geral e provincial em diferentes ocasiões ao longo da década de 1840, evidenciando a falta de consenso sobre o tema¹⁷. Durante décadas, mesmo os deputados não teriam muitas informações confiáveis para discutir sobre Ouricuri.

Ouricuri entra nos mapas

O primeiro mapa de que temos conhecimento em que aparece algum conteúdo objetivo relativo à Ouricuri é a *Carta topographica e administrativa da Província do Pernambuco, Alagoas e Sergipe*, publicada em 1848, elaborada pelo visconde J. de Villiers de L'île Adam¹⁸. O mapa vem ladeado por informações relativas à sua divisão jurídica, administrativa e paroquial. Das então 13 comarcas de Pernambuco, a da Boa Vista possuía duas vilas, a de Exu e da Boa Vista, sendo que aquela seria subdividida em três freguesias, a da mesma vila, a de Salgueiro e a de Ouricuri. Ainda assim, embora apareça na descrição da divisão administrativa, Ouricuri não consta no mapa, ainda que Salgueiro e Exu estejam ali representados. Das informações advindas dos mapas de Jacob de Niemeyer, subsistiu a povoação *Uricori* (e não mais *Aricory*) às margens do Riacho do Pontal que, como já informamos, não corresponde à nossa freguesia.

Mas é somente em 1852, no *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*, de Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, que se publicam algumas informações acerca da fundação da freguesia de Ouricuri¹⁹. No prefácio da edição a que tivemos acesso, se informa que Figueira de Mello

¹⁷ A título de exemplo, podemos citar diferentes situações ao longo da década de 1840 em que discussões desta natureza ocorridas nas assembleias aparecem publicadas. Sobre as eleições em Ouricuri: *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 dez. 1844; sobre a criação de uma cadeira de primeiras letras: *Diário de Pernambuco*, Recife, 19 jun. 1845; sobre a transferência do termo judiciário de Exu para Ouricuri: *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 de jun. 1849.

¹⁸ FBN, Visconde J. de Villiers de L'Île-Adam, *Cartas topographicas e administrativas das províncias do* Brasil, http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.htm.

¹⁹ Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*, Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979, p. 167.

assumiu o compromisso de escrever este ensaio a partir de um contrato firmado com o governo provincial em 1841. Naquela ocasião, ele havia encerrado recentemente seu trabalho como secretário do então presidente da província, o Barão da Boa Vista, cargo que ocupou entre 1838 e 1840²⁰. Foi durante o exercício desta função, que Mello encarou a necessidade e a falta de informações estatísticas sobre a província. Falta de informações, a propósito, experimentada pelos próprios parlamentares, como se demonstrou ainda há pouco. A institucionalização e organização periódicas de informações estatísticas passou a ser um projeto pessoal de Figueira de Mello, que resultou no contrato firmado para o início dos trabalhos. O próprio fato de que Pernambuco foi palco de ferozes revoluções que ameaçaram desmembrá-la do país, levaram as elites conservadoras a um interesse especial em qualquer instrumento (inclusive estatístico) para manter a província integrada ao país²¹.

No entanto, muitas dificuldades emergiram após o início dos trabalhos. As municipalidades do interior relutavam em enviar as informações solicitadas. Além disso, entre 1844 e 1848, período conhecido como quinquênio liberal, os praieiros, que eram opositores do barão da Boa Vista e dos “trapixeiros”, seus aliados, assumiram o poder e criaram uma série de impedimentos à realização da obra, inclusive tentando processar Figueira de Mello, alegando que o bacharel havia já postergado muitas vezes a realização do trabalho que, por contrato, deveria ter sido entregue em três anos ao governo. Isto quer dizer que a obra concluída – se é que podemos chamar de concluída a obra cheia de lacunas e fragmentos que se publicou a primeira vez em 1852 – havia sido precedida por uma série de publicações esparsas em periódicos da época e que sem dúvida muniram de informações a discussão pública, bem como trabalhos anteriores, como a própria carta do visconde de Villiers.

No *Ensaio...*, somos informados que Pernambuco possuía 17 municípios e 13 comarcas. Algumas comarcas, portanto, abrangiam mais de um município. Não era o caso da comarca da Boa Vista, que coincidia com o município de mesmo nome. Este município/comarca possuía 5 freguesias, sendo uma delas Ouricuri. Como freguesia, Ouricuri contava com um subdelegado, um juiz de paz e 5 inspetores de quarteirão, sendo que este último número variava conforme o tamanho da divisão paroquial. É este livro o primeiro a nos informar que a freguesia de São Sebastião de Ouricuri foi desmembrada da de Exu pela lei nº 125, de 30 de abril de 1844, alertando que os limites informados no texto da lei foram contestados pelo pároco local (sem nos informar seu nome), que

²⁰ Vinicius Pontes Martins e Geraldo Moreira Prado, “Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco, 1839. O projeto ilustrado brasileiro para a unidade nacional”, *Anais da Biblioteca Nacional.*, Rio de Janeiro, n. 120 (2000), pp. 335-345.

²¹ Martins e Prado, “Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco”, p. 341.

afirma o seguinte: ao norte, a freguesia confronta com a do Exu; à oeste, com a do Jaicó, no Piauí, pelo lugar denominado Olho d'Água; ao sul, com a freguesia de Santa Maria da Boa Vista; e à leste, pela fazenda Volta, com a freguesia de Cabrobó. Estes limites são indícios que nos permitem afirmar, confrontados com mapas contemporâneos, que as povoações de nome *Aricory* (ou *Oricori*) contidas nos mapas da década de 1840 não correspondem à freguesia de São Sebastião.

O próximo documento do tipo que vemos atualizar as informações sobre a freguesia de São Sebastião de Ouricuri é o *Diccionario topographico, estatistico e historico da provincia de Pernambuco*, de 1863, escrito por Manoel da Costa Honorato. Naquela ocasião, Honorato tinha apenas 25 anos e era estudante do 5º ano da Faculdade de Direito do Recife. Dedicou, inclusive, seu “pequeno dicionário”, nas palavras do próprio autor, à um lente catedrático da faculdade de Direito e deputado pela Assembleia Geral, José Antonio de Figueiredo²². No prólogo da obra, o autor se desculpa pela inexatidão do texto, se defendendo na dificuldade em realizar um trabalho de descrição topográfica precisa de um país. Como não é dado a todos poder observar pessoalmente cada rincão da pátria – ou, no caso, da província – para então descrevê-la, é preciso fiar-se em informações de pessoas sem o verdadeiro interesse ou em obras já publicadas e cheias de erros, pois que as divisões administrativas e alterações onomásticas delas consequentes acarretam, invariavelmente, em imprecisões.

Apesar desta dificuldade, o autor enfrentou o desafio pelo “amor (...) à minha terra natal” e porque, até então, não havia nenhuma obra do gênero sobre Pernambuco, descrevendo as belezas, riquezas e recursos da província. Se a obra não era perfeita, ao menos era novidade e se até então havia dificuldade de se ter notícia de qualquer ponto de Pernambuco, a partir de então se poderia fazer uma pequena ideia através do livro. Já existia a obra de Figueira de Mello, é claro, que o autor conhecia e cita como um dos trabalhos bases para a elaboração do seu dicionário. Mas a obra de Figueira de Mello era de outra natureza e muito provavelmente era uma das que estavam “cheias de erros”, a que ele se referiu no prólogo. Era, sem dúvida, o primeiro dicionário corográfico de Pernambuco.

O dicionário reitera as informações apresentadas por Figueira de Mello sobre Ouricuri, acrescentando que, em 1863, a freguesia já havia sido elevada à condição de vila. Além disso, o dicionário traz outras leis relativas às divisões e recomposições do território da vila, bem como da transferência do termo e da sede da comarca de Exu e da Boa Vista²³, respectivamente, para Ouricuri. Em menos de vinte anos, Ouricuri havia passado da condição de povoação

²² Manoel da Costa Honorato, *Diccionario topographico, estatistico e historico da provincia de Pernambuco*, Recife: Typographia Universal, 1863.

²³ A sede da comarca voltará para a Boa Vista no ano seguinte, 1864, retornando uma vez mais para Ouricuri apenas no começo da década de 1870.

desconhecida – e inexistente nos mapas – para vila, cabeça de termo e sede de comarca, cavando seu espaço, como nos interessa nesta análise, na corografia que se fazia em conformidade com os interesses da época. Por ser agora sede da comarca e termo, Ouricuri contava com juiz municipal, escrivão, coletor geral, delegado e outros importantes cargos administrativos, policiais ou judiciários. A população livre, de acordo com o dicionário, contava 23.550 almas.

Apesar de ser crescente – embora ainda muito modesta – a quantidade de informações acerca de Ouricuri, é somente em 1868 que aparece, até onde pudemos verificar, o primeiro mapa indicando a localização de Ouricuri. Trata-se do *Atlas do Imperio do Brazil*, de Cândido Mendes, a propósito, o primeiro Atlas do Brasil. Na introdução da obra²⁴, o autor exalta a Geografia como sendo a ciência que permite apreciar as riquezas de um país, bem como auxiliar na exploração desta riqueza. Afinal, segundo o autor, a aglutinação dos territórios que fazem parte do Império não se deu por acaso, mas foi obra da providência, revelando uma missão a ser desempenhada na terra pelos que habitam este império providencial. A prova desta conclusão é que caso não fosse o Império fruto da vontade celeste, os brancos não teriam vencido a luta contra os indígenas e outros povos. A colonização triunfou, pois esta era a vontade divina, na leitura do autor.

Enquanto a Geografia é a base para se atuar como legislador ou administrador, porque é a base que permite conhecer o território onde se atua, a História é o “resultado da marcha e vida de um povo na terra”, para servir como lição de experiência e guia para o presente. A função da História, sugere o autor, é enaltecer os “feitos históricos e memoráveis de nossos beneméritos patrícios (...) para os fazer avultar e engrandecer na memória dos que quisessem apreciá-los, louvá-los e imitá-los”. A introdução traduz bem o que dissemos anteriormente acerca da natureza do conhecimento estatístico, corográfico e cartográfico do séc. XIX: suas funções administrativas e econômicas se combinavam com a necessidade de afirmação do Estado, bem como da própria nação, justificando-se a si mesmo e perante às demais nações soberanas.

A História bem como seus principais personagens aparecem aqui como um elemento disciplinador e de manutenção do poder, bem como elemento educativo e edificante, coisas complementares. Quanto ao seu caráter edificante – a História como *magistra vitae* – parte-se da premissa de que os pressupostos das distintas épocas eram os mesmos ou, em outras palavras, que a natureza

²⁴ Candido Mendes, *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrução publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*, Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868, pp. 7-8. As citações relativas ao Atlas que seguem adiante correspondem a este trecho.

humana é constante, daí a história poder ser utilizada como instrumento apropriado para provar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas²⁵. Quanto à manutenção do poder e a garantia do exercício e da força da lei, as façanhas dos personagens históricos abrilhantam o passado, criando identidade, e o presente, ao passo que apequena os sucessores a fim de submetê-los à autoridade dos que perpetuam a memória destes feitos passados²⁶.

Um último aspecto da obra que nos interessa neste momento, é que seu autor lamenta, como outros antes dele o fizeram, as confusões relativas à onomástica e as divisões administrativas, judiciárias, eclesiásticas e eleitorais, muito inconstantes. Os estudos topográficos seriam deficientes, em sua visão, pois as paixões e interesses políticos tornam a geografia do país muito instável, havendo alterações ano após ano. Chega a afirmar que “as Assembleias provinciais parecem que se constituíram verdadeiras máquinas de guerra contra a Geografia, e contra o interesse de uma regular administração”. O autor lamenta que não há um padrão para definir o que é um distrito, uma paróquia, um município, uma comarca ou província. Não há um tamanho territorial ou populacional mínimo para se definir cada uma destas divisões, de modo que não é possível estabelecer o limite mínimo de distritos para se compor uma paróquia, ou de paróquias para se compor um município, ou de municípios para se compor uma comarca. Para o autor, não havendo base nem padrão, o sistema nacional é o mais deficiente dentre todos para organizar a administração. Só haveria similitude em “estados asiáticos ou de civilização a mais atrasada”. Deveria, segundo ele, haver uma lei geral que regulasse essa divisão e, dentro dela, cada província teria autonomia para estabelecer suas divisões.

Após suas elucubrações histórico-geográficas, o autor diz pouco sobre o nosso objeto de interesse. No mapa da província de Pernambuco consta apenas que Ouricuri é um dos municípios da comarca da Boa Vista e a vila aparece no mapa, como dissemos, pela primeira vez. No mesmo mapa, bem mais ao sul da vila, aparece uma *Serra do Aricory*, à margem direita do Riacho do Pontal, aludindo, sem dúvida, à povoação de mesmo nome da serra presente em mapas publicados nas décadas anteriores anteriormente citados, reiterando nossa afirmação de que este é o primeiro mapa em que aparece a freguesia de São Sebastião.

²⁵ Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, pp. 41-60.

²⁶ Michel Foucault, *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 75-98.

Ouricuri entra para a História

Até aqui temos uma série de documentos que se aproxima pouco a pouco de nosso objeto de estudo sem, contudo, apresentar uma narrativa acerca de sua constituição histórica. São dicionários ou mapas que apresentam informações estatísticas ou que incluem Ouricuri a partir de suas considerações acerca das divisões administrativas, eclesiásticas e jurídicas da província. O primeiro documento que esboça um breve histórico de Ouricuri data do começo do séc. XX, já no período republicano. Estamos falando do *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*, de Sebastião de Vasconcelos Galvão²⁷. Utilizamos como base para nossa pesquisa os quatro volumes editados entre 1908 e 1927. Contudo, o autor já havia lançado uma primeira edição do primeiro volume em 1897, contendo os verbetes da letra A a letra F. É somente no século XX que se organiza uma edição completa, incluindo o verbete relativo à Ouricuri.²⁸

Galvão, além das fontes secundárias anteriormente citadas e que, sem dúvida, eram por ele conhecidas, também menciona outras duas fontes para a constituição do seu verbete: informações colhidas *in loco* e a “tradição local”. No prefácio da primeira edição, cita como sendo seus informantes sobre Ouricuri os cidadãos Rufino José da Cunha e Gaudino Eudoxio de Britto. Rufino José da Cunha era, segundo o memorialista Raul Aquino, parente do padre Francisco Antônio da Cunha Pereira, vigário que teria construído a capela de São Sebastião e que acolhera, pela primeira vez, o juiz da comarca da Boa Vista, Alexandre Bernardino dos Reis e Silva, em suas terras, juiz este que estaria associado à formação da freguesia, como se verá adiante. Além disso, Rufino José da Cunha lutou na Guerra do Paraguai. Gaudino Eudoxio de Britto, por sua vez, não parece ter uma ligação direta com o município de Ouricuri. Foi advogado e juiz de direito no Recife e, já no período republicano, nomeado chefe de polícia do estado.

Na edição completa do dicionário publicada no séc. XX, Ouricuri já era uma cidade, sede do município de mesmo nome e da freguesia de São Sebastião de Ouricuri. É este também o primeiro documento que apresenta uma possível origem do nome do município, segundo os termos e explicações do próprio autor. O nome original teria sido *Aricory*, em alusão a uma aldeia de indígenas que possuía este nome e que ali habitava. *Aricory* seria um vocábulo indígena

²⁷ Sebastião de Vasconcelos Galvão, *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*, Recife: CEPE, 2006, pp. 472-475.

²⁸ Sebastião de Vasconcelos Galvão, *Diccionario chorographico, historico e estatistico de Pernambuco (A-F)*, Recife: Empresa d'a Província, 1897. O segundo volume (G-Z), que devia se seguir a esse, nunca foi publicado, em seu lugar foi feita uma edição ampliada num único volume em 1908.

significando “duas serras juntas” ou “próximas”, segundo indígenas catequizados que ainda viviam ali. A Assembleia Provincial, no entanto, refutou esta hipótese e adotou o nome *Ouricory* em alusão às palmeiras com este nome que abundam naquela região, sobretudo na fronteira com o Piauí.

Ainda nos informa o autor que, segundo a tradição local, a povoação de Ouricuri pertencia a Exu, freguesia da comarca da Boa Vista, situada nas margens do São Francisco. Como as margens do São Francisco eram afetadas anualmente pela “carneirada”, como se chamava a malária à época, doença “de febres” que atemorizava a população ribeirinha nos períodos de cheia, o juiz de direito da comarca, o referido sr. Alexandre Bernardino dos Reis e Silva, pediu licença temporária para residir em outro ponto da comarca. O juiz foi acolhido na fazenda Boa Vista, de propriedade do padre Francisco Antônio da Cunha Pereira. O juiz se afeioou do lugar e acabou por comprar uma propriedade próxima de onde hoje é a cidade de Ouricuri e para onde se dirigia todos os anos, para passar o período das febres. Em 1841, o padre Cunha já havia edificado na localidade uma capela invocada à S. Sebastião e já se reunia ali uma crescida população em suas imediações. O juiz, por intermédio do padre, conseguiu que a diocese emancipasse a freguesia de Ouricuri da de Exu. A lei provincial, da qual já tratamos anteriormente, criou a freguesia em 1844, que teve como primeiro vigário colado o padre Francisco Pedro da Silva.

Eis que aparece, pela primeira vez nesta documentação enciclopédica e corográfica por nós analisada, a figura de Francisco Pedro da Silva, o padre do qual falamos no início deste artigo e sobre o qual voltaremos a tratar adiante. Para além disso, o autor reitera informações acerca das leis que transferiram o termo e a sede da comarca para Ouricuri, bem como daquelas relativas à emancipação do município e criação da cidade. É interessante notar, no entanto, que o padre não aparece no discurso de Galvão como fundador do município, mas apenas como o primeiro vigário colado da freguesia e responsável pela construção da Igreja Matriz, concluída em 1865.

Francisco Pedro oficiou em Ouricuri por 60 anos, desde 1844, quando se tornou vigário colado da freguesia, a julgar pela informação dada por Galvão, até 1904, quando faleceu. A obra, portanto, foi lançada a primeira vez quando o padre ainda era vivo, e sua segunda edição, que seria a completa, passou a ser lançada apenas 4 anos após a sua morte. Podemos supor que a coleta das informações oriundas da “tradição local” e as informações *in loco* se deram em um momento que distava pouco da morte do longo vivo padre que por tantos anos havia exercido seu ofício e influência no município, o que teria sido o suficiente para que se falasse nele como ilustre participante dos anais históricos do município. Sobretudo se considerarmos que um dos informantes de Galvão, o sr. Rufino José, lutou na guerra do Paraguai e que Francisco Pedro da Silva teve

reconhecido papel nesta mesma guerra. Mas isto não foi o suficiente, ao menos para Galvão, para que constasse nestes anais como o fundador da freguesia. A propósito, não era preocupação de Galvão eleger alguém para ocupar este posto, que poderia ser dado ao juiz de direito da comarca da Boa Vista, o sr. Reis e Silva, que ali comprou a terra, ou ao padre Cunha, responsável pela requisição à arquidiocese para a emancipação da freguesia e que também era proprietários de terra ali, o que, é de supor, faria com que Rufino José da Cunha, seu parente, pesasse sobre o padre a responsabilidade pela fundação da freguesia.

A obra de Galvão e as informações por ele divulgadas estão envoltas em uma polêmica com um dos principais nomes das letras pernambucanas da virada do séc. XIX para o séc. XX. Francisco Augusto Pereira da Costa, autor do *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, para citar apenas uma de suas grandes obras, escreveu uma carta, em 1923, repleta de palavras ressentidas com relação à Galvão. A carta foi publicada a título de prólogo na primeira edição dos *Anais Pernambucanos*, sua obra magna, que só veio à luz em 1951²⁹. Explica Pereira da Costa que muito antes da publicação do dicionário de Galvão, ele já havia tido a ideia de publicar um dicionário histórico e geográfico de Pernambuco; que esta informação era pública e notória; que ele já havia publicado inúmeros artigos na imprensa, nas revistas de institutos históricos e geográficos e em outras ocasiões, de partes esparsas desta obra, sempre alertando que os textos eram parte de um dicionário inédito em preparação. Qual a surpresa de Pereira da Costa ao ver, em 1897, publicado um dicionário realizando o que ele planejava há anos! O ressentimento se completa com o fato de que Pereira da Costa se prestou a auxiliar na conclusão da obra de Galvão, oferecendo seu vasto material. Na versão final, contudo, Galvão não cita de maneira apropriada as fontes, segundo Pereira da Costa, indicando apenas com um “P.C.” (Pereira da Costa) a origem das informações de alguns verbetes.

Na verdade, no prefácio da primeira edição da obra de Galvão, o autor afirma que sua obra não é grande nem possui vastas proporções, mas que outras virão completá-la e engrandecê-la, avisando aos leitores que o “benemérito” Pereira da Costa prepara um dicionário que será lançado em breve e que esta será uma obra grandiosa. Sendo injusta ou não as considerações de Pereira da Costa, ele alterou seu projeto inicial, e ao invés de publicar uma obra organizada por ordem alfabética, o fez com base em uma ordem cronológica. Eis a gênese dos *Anais Pernambucanos*. Muitos percalços impediram a publicação destes anais ainda em vida de seu autor. Eles só vieram à tona no centenário de seu

²⁹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais pernambucanos (1834-1850)*, Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966, Vol. I (1951), pp. 3-16.

nascimento, em 1951³⁰, quando começaram as publicações dos primeiros dentre os 10 volumes, que só seriam inteiramente concluídas em 1966.

Embora a publicação efetiva só tenha ocorrido na segunda metade do séc. XX, as informações colhidas por Pereira da Costa já estavam organizadas e prontas para publicação desde, pelo menos, 1923, quando ele escreveu a carta desaforada. Por esta razão, consideramos a obra de Galvão e de Pereira da Costa em conjunto, apesar do lapso de tempo. Nos anais de Pereira da Costa, também encontramos algumas informações relativas à Ouricuri³¹. O autor menciona que o fundador da capela na povoação de Ouricuri foi o padre Francisco Antônio da Cunha Pereira, sendo esta elevada à condição de matriz no momento da criação da freguesia. A capela já existia por volta de 1841, no local onde era a fazenda Boa Vista, de propriedade do mesmo padre, e onde se ergueria a freguesia. O primeiro vigário colado, no entanto, reafirma o autor, foi Francisco Pedro da Silva. Já o templo regular de duas torres, inaugurado em 1865, também foi obra de Francisco Pedro, que também teria sido o responsável por criar a Irmandade de São Sebastião e o cemitério público. Por fim, o autor afirma que Ouricuri foi elevado a sede comarca em 1872 e que, citando Manuel Honorato, autor do *Diccionario topographico, estatistico e historico da provincia de Pernambuco*, já por nós apresentado, os limites da freguesia foram corrigidos pelo vigário, que não concordou com aqueles definidos por lei, história por nós já conhecida.

Apesar da obra de Pereira da Costa ter sido publicada em 1966, as informações nela contidas alimentaram a obra de Galvão, publicada até 1927. Entre a publicação de uma e outra, é possível que muitos tenham se informado através do dicionário de Galvão, mas sem poder dar o devido crédito à Pereira da Costa. Também por isso a obra de Pereira da Costa pode parecer desatualizada se consideradas as publicações que vieram nas décadas precedentes em comparação com a sua, bem posterior. Meras questões editoriais.

Ouricuri ganha um herói

Como podemos ver, em todas as obras até aqui mencionadas, ainda que responsável por alguns feitos ligados aos primórdios da freguesia, nenhum autor ainda havia atribuído ao padre Francisco Pedro da Silva o título de

³⁰ Sobre o contexto de publicação da obra em 1951 e os percalços até lá, ver a nota do editor em Genny da Costa e Silva e Risoleta da Costa Silva, *Índices onomásticos e de assuntos dos Anais Pernambucanos de F. A. Pereira da Costa*, Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1987; Odilon Nogueira de Matos, "Anais Pernambucanos: 1493-1590", *Revista de História*, v. 5, n. 12 (1952), pp. 517-518, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v5i12p517-518>.

³¹ Costa, *Anais pernambucanos*, Vol. X (1966), pp. 317-319.

fundador do município. A honra de ser assim considerado também não é dada pela *Enciclopédia dos municípios brasileiros*³², organizada por Jurandyr Pires Ferreira, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável por planejar e orientar a elaboração da coleção. A enciclopédia é monumental, sendo composta por 36 volumes, editados entre 1957 e 1964, sendo que o 18º volume, lançado em 1958, corresponde ao estado de Pernambuco. Como dizíamos, não consta ali uma alusão a Francisco Pedro da Silva como fundador do município. No entanto, seu nome ganha peso e profundidade, se comparado aos poucos materiais anteriores que dele fazem menção.

Se em Vasconcelos Galvão, o juiz Bernardino dos Reis e Silva aparece como primeiro proprietário das terras onde se ergueria Ouricuri, agora aparece, pela primeira vez, uma alusão a D. Brígida, cujo latifúndio se estenderia das margens do São Francisco, na altura de Cabrobó, até a serra do Araripe. A terra desta latifundiária teria sido fracionada e parte dela comprada pelo Sr. João Goulart e sua esposa, D. Maria Goulart, que teriam denominado sua propriedade de Fazenda Tamboril. João Goulart, criador de gado, estabeleceu um logradouro para onde direcionou o gado, chamado de Aricuri (aqui descrito como o nome da palmeira). Este logradouro, bom de pasto, atraiu gente que se estabeleceu nas imediações. Além do bom pasto natural, são exaltadas as qualidades hospitaleiras do casal Goulart. Com o falecimento do Sr. Goulart, a terra ficou sendo administrada por sua esposa, D. Maria Goulart, àquela a quem Giarlam de Sá Agra gostaria de atribuir a fundação da freguesia.

Francisco Pedro da Silva teria chegado na região no dia 05 de abril de 1841, ou seja, antes de se tornar vigário colado, se a informação da enciclopédia estiver correta, e comprado parte das terras da Sra. Goulart. Sua intenção era construir uma igreja devotada à São Sebastião. Este trecho está em flagrante contradição com a versão de Vasconcelos Galvão (e de Pereira da Costa), pois Francisco Pedro aparece como proprietário de terras e com pretensão de construir uma igreja que, a julgar por textos mais antigos, já existia na localidade. A não ser que o autor se refira à Igreja que, de fato, Francisco Pedro orientou a construir, concluída em 1865, e não à capela que já havia sido erigida pelo padre Cunha que o antecedeu. Ainda assim, aparece como novidade a presença do padre antes da fundação da freguesia e como proprietário de terras.

A enciclopédia continua repetindo que em 1844, por força de lei, foi criada a freguesia de São Sebastião de Ouricuri, cujo vigário era o próprio Pe. Francisco Pedro da Silva, que mandou construir um açude que iria viabilizar a construção de sua igreja. O açude construído pelo padre, chamado de Açude Nossa Senhora, ainda existia no ano de lançamento da edição da enciclopédia,

³² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (Vol. 18: *Municípios do estado de Pernambuco*), Rio de Janeiro: IBGE, 1958, pp. 185-188.

1957. Em 1865, ano de inauguração da igreja, estourou a Guerra do Paraguai, para a qual o Pe. vigário organizou um corpo de voluntários que, segundo este documento, era composto por 806 homens comandados pelo Cel. Felipe Coelho Rodrigues, pai de Anísio Coelho Rodrigues, personagem que logo apresentaremos. O "glorioso batalhão", teria recebido uma bandeira das mãos do imperador ao retornar da guerra. O padre organizou, às suas expensas, os voluntários que espontaneamente deixaram seus lares para ingressarem na luta, a julgar pelas informações contidas na enciclopédia. Aqui também, as informações são contrastadas com as constantes na obra de Galvão, que também faz alusão à participação de voluntários ouricurienses na Guerra do Paraguai, mas menciona cerca de trezentos homens, sem associá-los à Francisco Pedro³³.

É interessante notar como na obra de Galvão e de Pereira da Costa, Francisco Pedro da Silva aparece apenas como o vigário colado da freguesia, responsável por erigir a Igreja Matriz. Enquanto na enciclopédia, o padre já aparece como uma "figura que mais tarde se projetara no cenário nacional, através de seus memoráveis feitos" e como aquele que "certo (...) de que a terra [Ouricuri] propiciaria futuros [frutos?] inestimáveis, dedicou-se de corpo e alma, à sua causa". Mais além, ao tratar da citada bandeira que teria sido recebida pelos voluntários que conseguiram regressar da Guerra do Paraguai, o autor nos diz que ela era também testemunho da grandeza da "figura apostolar do Comendador Padre Francisco Pedro da Silva"³⁴. Há um adensamento da importância da figura do padre, pintado como um herói municipal.

As comparações com a obra de Galvão não são sem propósito, pois o autor do verbete sobre Ouricuri na enciclopédia, Eliseu Alves Gondin, cita como fontes dos dados o *Dicionário corográfico...*, bem como as notas tomadas pelo Sr. José Firmo de Araújo, "cidadão que se dera o trabalho de escrever um breve histórico de Ouricuri", com base em subsídios fornecidos pelo coronel Anísio Coelho Rodrigues, de quem falávamos há pouco. Este coronel, por sua vez, era filho de Felipe Coelho Rodrigues e Raimunda Petronila da Silva³⁵, filha do padre Francisco Pedro da Silva. Anísio, portanto, era neto de Francisco Pedro.

Assim como Raul Aquino, o memorialista de quem falávamos no começo do artigo e que, como estamos delineando, foi o principal responsável por

³³ Não é nosso intuito aqui investigar a participação de Ouricuri na Guerra do Paraguai, mas apenas confrontar as diferentes narrativas sobre a história de Ouricuri nos documentos secundários que possibilitam a criação de um discurso histórico sobre Ouricuri. Dito isso, é certo que Francisco Pedro da Silva, que também foi deputado provincial na década de 1860, teve importante papel na arregimentação de voluntários e organização do batalhão. Sobre o tema, estamos preparando um trabalho futuro. Mas vale salientar que outros autores como Raul Aquino e Giarlam de Sá Agra já o abordaram.

³⁴ O padre Francisco Pedro da Silva recebeu o título de comendador da Ordem de Cristo justamente por sua contribuição à Guerra do Paraguai.

³⁵ Seu nome de casada era Raimunda Petronila Coelho Rodrigues.

consagrar a versão de que o vigário era o fundador do município, a origem da história de consagração do vigário é uma origem familiar. Como já dito anteriormente, Raul Aquino era bisneto de Francisco Pedro e seus pais, Baldomiro Pedro da Silva e Francisca Maria de Aquino Silva eram primos entre si, ambos netos do vigário e, nesta interessante trama familiar, eram também primos de Anísio Coelho, o coronel que deu os subsídios para a escrita da enciclopédia do IBGE. Raul Aquino, inclusive, cita em um de seus trabalhos que teve acesso aos cadernos de Anísio Coelho³⁶, provavelmente os mesmos que deram subsídio para José Firmo escrever o breve histórico de Ouricuri. Como se vê, ainda estamos em família.

Se a *Enciclopédia dos municípios de Pernambuco* deu início à uma espécie de glorificação dos atos de Francisco Pedro da Silva a partir de fontes oriundas de Anísio Coelho, foi a obra de Raul Aquino que consolidou esta narrativa, consagrando-o como fundador do município. Raul Aquino escreveu dois livros sobre a história de Ouricuri, ambos anteriormente mencionados neste artigo. O primeiro deles, de onde foi retirado o relato inicial da homenagem feita ao filho do padre, é intitulado *Ouricuri: história e genealogia* e foi publicado em 1982. É neste livro em que o caráter memorialista do autor mais aflora. O tom da “Explicação” inicial do livro é glorioso. Aquino lembra ter sido um jovem respeitoso das regras do lar e da escola, mas também “livre” para brincar na rua e campear animais, imprimindo uma imagem bucólica e equilibrada à sua própria vida e à sua cidade. Além deste equilíbrio entre as obrigações e o lazer, o autor ainda encontrava tempo para ouvir, sempre com dedicação e atenção, ao seu pai, “personalidade sem contradições”, que contava uma história reta e correta sobre “a terra do sol”. Raul Aquino, na intenção de honrá-lo e de realizar o sonho que o pai não viu concretizado, escreve o livro compilando estas memórias.

Esta crônica biográfica em que relatos descritivos vão eivados de afetividade são característicos das narrativas memorialistas³⁷. Outra característica memorialista é a apresentação de um passado transparente, que se enxerga por inteiro. No caso de Raul Aquino, as origens de Ouricuri estariam associadas, de uma curiosa maneira, à Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, em cuja comitiva, que aportou no Brasil em 1549, estava Garcia de Ávila, o fundador da Casa da Torre, cuja propriedade latifundiária abarcaria o território onde hoje se situaria Ouricuri. A partir daí, o autor pretende mostrar como a propriedade da terra foi sendo transmitida de mão em mão até chegar

³⁶ Aquino, *Ouricuri*, 1998, p. 101.

³⁷ Ana Cláudia Fonseca Brefe, “A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1993.71954>.

em Francisco Pedro da Silva, o primeiro vigário colado da freguesia, deputado, comendador e fundador do município.

Para além disto, o primeiro livro de Raul Aquino trata dos grandes vultos da cidade, dedicando alguns capítulos, inclusive, a descrever as diferentes “chefias políticas” que se sucedem de maneira, mais ou menos, dinástica, bem como os “troncos” dos seus primeiros, mais célebres e importantes povoadores. Seriam cinco estes importantes troncos, dos quais ele descreve detalhadamente a genealogia. O primeiro tronco povoador, desnecessário talvez dizer, é o do próprio Francisco Pedro da Silva. A elite ouricuriense aparece sóbria, católica, respeitosa e discreta. Folcloricamente, o populacho, que também aparece em crônicas anedóticas, é dado à bazarrias e excessos³⁸. No livro, neste misto de saudade da pureza e de repúdio ao “atraso” do passado, também se descreve a feira, o bêbado conhecido, o “louco” da cidade, os vaqueiros, as parteiras etc. Por fim, a obra destaca os feitos de Francisco Pedro da Silva: a construção da Igreja, do açude primeiro, a organização do batalhão de voluntários da pátria que lutariam na Guerra do Paraguai, sua liderança política e seu compromisso eclesiástico.

Mas é no segundo livro, *Ouricuri: no tempo do comendador Francisco Pedro*, publicado em 1998, que Raul Aquino defende peremptoriamente a posição do vigário. Tendo sido deputado provincial, o autor se debruçou sobre suas participações na Assembleia Provincial para evidenciar como o padre estava por trás de iniciativas educacionais, do combate à seca, da emancipação de outras freguesias, como a de Petrolina, etc. Bastava um discurso do padre na Assembleia, e lá aparece o vigário na obra de Aquino como fundador de escolas e inaugurador de obras. O objetivo do livro, explicitado textualmente em alguns trechos, é cobrar dos municípios vizinhos reconhecimento e homenagens ao padre, já que “a gratidão enobrece, [e] o homenageante se sente gratificado”³⁹. Mais além, o autor preocupa-se em esclarecer qualquer polêmica que pudesse macular a imagem do padre, seja porque injúrias corriam à boca pequena na cidade, seja porque nos próprios debates da assembleia legislativa o padre, evidentemente, não estivesse livre de sérias acusações⁴⁰.

Flávio Dantas Martins já havia sugerido em seu artigo que Raul Aquino encontra-se em algum lugar entre a tradição corográfica e a educação moral e

³⁸ Flávio Dantas Martins, “Memória do matuto: historiografia de Ouricuri-PE”, in *Anais eletrônicos do VII Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação*, 2012, <https://propi.iftto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/2179/1488>.

³⁹ A título de exemplo, Raul Aquino cobra de Petrolina uma homenagem à Francisco Pedro da Silva, pois em sua leitura, a emancipação da freguesia desta cidade teve participação do mesmo. Ver Aquino, *Ouricuri*, 1998, p. 52.

⁴⁰ Giarlam de Sá Agra também já apontou em seu livro uma série de críticas feitas aos métodos de recrutamento de voluntários utilizados por Francisco Pedro da Silva à época da Guerra do Paraguai. Sobre o tema, ver Agra, *Ouricuri*, pp. 89-94.

cívica⁴¹. Mas mais além, as obras do autor tentam enobrecer a trajetória do padre e da própria cidade, com o intuito de que ambas – a história municipal e a de seu *principal* vulto – sirvam como razão para se ufanar, bem como exemplo para se seguir e imitar. Ao fazê-lo, contudo, o autor enobrece também a sua própria história, como membro do principal tronco familiar, aquele dos fundadores do município e guardiães das memórias e histórias locais. Afinal, dar vazão a um fato ou personagem implica, necessariamente, no ocultamento e esquecimento de uma série de outros.

Considerações finais

Em 2 de janeiro de 1881, a Biblioteca Nacional enviou um ofício para a câmara municipal da vila do Ouricuri, solicitando que fosse elaborada uma descrição do município, contendo seus aspectos geográficos, populacionais e econômicos. A solicitação estava sendo feita para câmaras de todo o Império e o intuito continuava sendo o mesmo da tradição corográfica: conhecer o Brasil profundo, ampliar as malhas administrativas e expandir a “civilização”. Além destas características, as câmaras municipais foram convidadas a escrever um brevíssimo histórico das municipalidades. Em 12 de abril do mesmo ano, 6 vereadores se reuniram em sessão ordinária e elaboraram o documento. Eis a íntegra do texto relativo ao histórico:

A vila do Ouricuri foi primitivamente uma povoação criada no ano de 1840 pelo padre Francisco Antonio da Cunha, o qual edificou-a nas terras de Manoel Monteiro, que dela fez patrimônio uma capela com invocação de São Sebastião, foi erecta freguesia no ano de 1844, e foi elevada a vila no ano de 1847, e como tal separada do município de Boa Vista, a quem pertencia⁴².

A julgar pelos vereadores da vila do Ouricuri em 1881, Francisco Pedro da Silva, Garcia d'Ávila, Maria Goulart ou Alexandre Bernardino dos Reis e Silva nada tem a ver com a fundação da freguesia. Para eles, além de trazer à baila o nome de mais um proprietário não mencionado por nenhuma das fontes secundárias pesquisadas - Manoel Monteiro - foi o padre Francisco Antônio da Cunha o fundador da povoação. Vale lembrar que, naquele momento, o vigário

⁴¹ Martins, “Memória do matuto”, p. 2.

⁴² FBN, Seção de Manuscritos, I-31-17-047, *Descrição do município de Ouricuri, comarca do mesmo nome, província de Pernambuco, em resposta ao questionário enviado pela Biblioteca Nacional, Ouricuri/PE, [12 abr. 1881]*.

Francisco Pedro estava vivo e atuante no município. Mas sua presença não teve peso na elaboração deste breve histórico. É muito possível que nem o próprio padre tivesse pretensão de ostentar este título de fundador da freguesia.

Nosso intuito neste artigo não é apresentar elementos para se definir quem foi ou não este fundador, como quem, em discussões sobre a expansão marítima portuguesa se arvora em defender Pedro Álvares ou Yáñez Pinzón como o verdadeiro descobridor da terra Brasil. Em ocasiões como essa, alguém sempre se levanta para lembrar que se alguém descobriu o Brasil, foram os indígenas que aqui já viviam há milênios. O mesmo poderia ser dito de Ouricuri, cujo nome indígena também alude aos seus ocupantes mais antigos. O que nos interessa aqui, na verdade, é simplesmente evidenciar que estas escolhas narrativas não são desinteressadas e que, embora guardem necessariamente traços de objetividade, são escolhas, em última instância, políticas, com implicações e significados também políticos.

O que pretendemos com este artigo foi oferecer subsídios para futuras pesquisas históricas, sobretudo no séc. XIX, sobre as freguesias que compunham a comarca da Boa Vista e foram paulatinamente se desmembrando na segunda metade do séc. XIX, através das muitas fontes secundárias encontradas e que trazem informações preciosas a respeito. Ao mesmo tempo, esperamos ter conseguido demonstrar como a narrativa de Raul Aquino foi construída histórica e politicamente atendendo a propósitos familiares e contextuais, não refletindo em nenhuma medida uma objetividade natural ou incontestável da história. Embora este segundo objetivo pareça uma obviedade, não o é, já que por falta de demonstração do caminho de elaboração do texto de Aquino, sua versão ainda aparece como sendo hegemônica, única e verdadeira, se considerarmos informações oficiais sobre o tema. Por fim, esperamos ter colaborado com aqueles que já vem fazendo uma leitura crítica dos textos memorialistas sobre a história de Ouricuri, em específico, oferecendo outras perspectivas para uma história não laudatória e, portanto, comprometida com outras raízes, distintas daquelas dos principais troncos familiares do município.

Referências bibliográficas

Ana Cláudia Fonseca Brefe, “A cidade inventada: a paulicéia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993, <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1993.71954>.

Candido Mendes, *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias: dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*, Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

Flávio Dantas Martins, “Memória do matuto: historiografia de Ouricuri-PE”, in *Anais eletrônicos do VII Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação*, 2012, <https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/2179/1488>.

Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais pernambucanos (1834-1850)*, Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966.

Genny da Costa e Silva e Risoleta da Costa Silva, *Índices onomásticos e de assuntos dos Anais Pernambucanos de F. A. Pereira da Costa*, Recife: FUNDARPE/Diretoria de Assuntos Culturais, 1987.

Giarlam de Sá Agra, *Ouricuri, minha cidade nossa história*, Ouricuri: Âncora Gráfica e Editora, 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Enciclopédia dos municípios brasileiros (Vol. 18: Municípios do estado de Pernambuco)*, Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil, contendo a origem e história de cada província, cidade, vila e aldeia; sua população, comércio, indústria, e produtos mineralógicos; nome e descrição de seus rios, lagoas, serras e montes; estabelecimentos literários, navegação e o mais que lhe é relativo. Obra coligida e composta por Milliet de Saint Adolphe e trasladada em português do mesmo manuscrito inédito francês (com numerosas observações e adições). Ornada de um mapa geral do Império do Brasil e de cinco planos das cidades e portos principais*, Paris, França: Aillaud, 1845.

Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, *Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco*, Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

Manoel da Costa Honorato, *Diccionario topographico, estatistico e historico da provincia de Pernambuco*, Recife: Typographia Universal, 1863.

Manoel Luís Salgado Guimarães, “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”, *Estudos*

Históricos, v. 1, n. 1 (1988), pp 5-27.

Michel Foucault, *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Michel Rolph Trouillot, *Silenciando o passado: poder e a produção da história*, Curitiba: Huya, 2016.

Odilon Nogueira de Matos, “Anais Pernambucanos: 1493-1590”, *Revista de História*, v. 5, n. 12 (1952), pp. 517-518, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v5i12p517-518>.

Raul Aquino, *Ouricuri: história e genealogia*, Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1982.

Raul Aquino, *Ouricuri: tempo do comendador Francisco Pedro*, Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1998.

Reinhart Koselleck, *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

Sebastião de Vasconcelos Galvão, *Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco*, Recife: CEPE, 2006.

Vinicius Pontes Martins e Geraldo Moreira Prado, “Ensaio sobre a estatística civil e política da província de Pernambuco, 1839. O projeto ilustrado brasileiro para a unidade nacional”, *Anais da Biblioteca Nacional.*, Rio de Janeiro, n. 120 (2000), pp. 335-345.

Artigo recebido em 14-12-2023. Aceito para publicação em 18-04-2024.

Citação: Andrey Borges Bernardes, “Subsídios para a escrita de uma história de Ouricuri no Oitocentos: uma análise de fontes secundárias”, *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, v. 42, (2024), pp. 1-30.

Contato do autor: Andrey Borges Bernardes: andrey.bernardes@ifsertao-pe.edu.br.